

# Criança tem VOZ!

## Luciana Kopsch

Professora da Prefeitura Municipal de Curitiba, atualmente na direção liberada do SISMMAC – Gestão Fortes com a Base – Só a Luta Muda a Vida. Graduada em Pedagogia. Especialista em Direito Educacional. Mestranda em Políticas Educacionais.

E-mail: profelukopsch@gmail.com

### RESUMO

**E**ste artigo trata de uma pesquisa realizada na Escola Municipal Castro – Regional Boqueirão, objeto do Projeto Operação Lanche, desenvolvido para dar voz às crianças, público atendido pelo lanche ofertado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio de empresa terceirizada. Pesquisa aplicada pelos estudantes em todas as turmas da escola nos turnos manhã e tarde, num total de 261 participantes, na qual foi possível tabular dados relevantes, referentes à aceitação do cardápio oferecido e demonstrar a satisfação e opinião dos estudantes acerca da qualidade do lanche. Os processos educativos na escola perpassam pela ação concreta dos estudantes, sobre isso trata este artigo.

**Palavras Chave:** Alimentação escolar, Autonomia, Cidadania.

### UM POUCO DA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL E EM CURITIBA

Alimentação escolar é política pública no Brasil desde a década de 1950, objeto de estudo nas áreas de nutrição, administração e economia devido às questões nutricionais atreladas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também do financiamento, advindo do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). É direito constitucional conforme o artigo 208, incisos IV e VII: “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

*Em 1952 a Comissão estabeleceu o Plano Nacional de Alimentação que teve como objetivos de trabalho a atenção à nutrição maternoinfantil, a criação do programa da Merenda Escolar e a assistência ao trabalhador. (RODRIGUES...[et al.] 2009 p.32)*

Até 1993 o PNAE era administrado pelo governo federal que adquiria e distribuía os alimentos. A partir de então a administração foi descentralizada, ficando essa atribuição aos estados e municípios, que recebem repasse de verbas mensais conforme o número de matrículas em suas redes, baseados nos dados do Censo Escolar do ano anterior.

O município de Curitiba optou em meados dos anos 2000 pela terceirização como forma de gerenciar o programa de alimentação escolar no município, para atender Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e escolas. Até esse momento, as unidades contavam com merendeiras e recebiam verbas destinadas ao preparo *in loco* das merendas, mas em grande parte havia complementação de recursos por parte das Associações de Pais, Professores e Funcionários (APPFs), nesse sentido a terceirização tirou da escola a responsabilidade da gerência do custo alimentar. As verbas recebidas pela escola por meio do fundo rotativo e Programa Dinheiro Direto na Escola



(PDDE) não contemplam as despesas para alimentação escolar, para essa política existem fundos complementares advindos do PNAE, que são repassados aos municípios pelo governo federal. É sabido que muitas unidades escolares costumam fazer ações solidárias na comunidade para captação de recursos, pois as verbas recebidas não dão conta de atender as despesas que a escola tem, assunto que gera contradições devido ao princípio da universalidade do ensino gratuito garantido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96.

***Em contrapartida, a qualidade da alimentação ainda é alvo de discussão, pois os alimentos são preparados e transportados pela empresa que presta o serviço, o que por vezes é questionada a garantia da higiene e conservação dos alimentos, em sua maioria perecíveis. Também deveria ser relevante a participação democrática dos estudantes no processo de escolha do cardápio, a promoção de ações de educação alimentar necessárias nesse processo, pois se a escola se propõe a ser um espaço de discussão acerca de tantos conteúdos e demandas sociais, a alimentação na escola é um tema concernente ao fundamento de uma gestão democrática dos processos educativos.***

*A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstruir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional. (DCNE, 2013, p.17)*

As empresas terceirizadas costumam fazer pesquisas de opinião com seus clientes, mas até onde se conhece, por meio de publicações institucionais, ainda não é considerada a opinião dos estu-

dantes, os que diretamente são os “clientes” finais. Segundo publicação do Grupo Risotolândia datada de junho de 2017: “Mais de 88% das pessoas estão satisfeitas com os restaurantes administrados e mais de 80% das pessoas classificaram como excelente nossos serviços de alimentação escolar”. Mas é necessário pesquisas mais detalhadas ouvindo, principalmente, os estudantes.

### **CRIANÇA CIDADÃ**

A escola ocupa papel fundamental no desenvolvimento da cidadania dos estudantes e de suas famílias, questões que estão relacionadas diretamente com a aprendizagem necessitam da participação de seus atores nos processos educativos. Muitas vezes as crianças são pouco ouvidas no desenvolvimento do trabalho docente, mas quando são envolvidas tornam-se sujeitos atuantes que demonstram grande capacidade de atuarem frente o desenvolvimento de sua aprendizagem. Segundo Freire (1997) a escola precisa aliar conteúdos curriculares a práticas significativas, intervir no meio social, na realidade do educando, utilizando de sua vivência para promover o conhecimento e a cidadania.

Durante a pesquisa os estudantes participaram da elaboração das perguntas, aplicação das pesquisas nas turmas e tabulação dos dados. Quando o projeto estava sendo construído, alguns objetivos foram elencados os quais pautaram toda a mediação realizada pela professora, como:

- Desenvolver análise crítica a respeito do lanche ofertado, buscando respostas através da aplicação e dos dados coletados através de pesquisa feita com os estudantes da escola;
- Promover a cidadania através de ações em que os alunos participem ativamente do monitoramento do lanche servido;

Quando as crianças são envolvidas num processo de pesquisa, com sua curiosidade e empenho que lhe são peculiares, quando provocadas para isso é nítido perceber o quanto o conhecimento traz significado na sua rotina escolar.

*A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando e ele algo que fazemos. (FREIRE, 1997, p. 35)*

Em contrapartida ao apregoado por Freire (1997) ainda se vê em muitas práticas a atuação docente centralizadora do aprendizado. Privilegiar no planejamento conteúdos que precisam ser

trabalhados de uma forma mais tradicional, ainda que tenham discurso contemporâneo. A prática revela o tradicionalismo das salas de aula, não apenas representada pelo enfileiramento de carteiras, mas principalmente na atitude docente e a pouca atuação discente. Não basta apenas tornar a criança parte do processo de aprendizagem, mas inseri-la no contexto educacional de forma atuante, participativa, pois estudantes que atuam sobre seu desenvolvimento educacional são comprovadamente mais participativos. Segundo Zabala (1998) a aprendizagem significativa não pode levar só em consideração o cognitivo, pois o processo educativo não pode ficar reduzido a propostas uniformizadoras que considera apenas os conhecimentos acadêmicos, mas deve considerar conhecimentos prévios, esquemas de comparação e novas experiências que aproximem o papel ativo e protagonista do aluno e do igualmente papel ativo do educador.

### O COPO DA CIDADANIA

O trabalho de professor na rede municipal de ensino inclui algumas rotinas, entre elas coordenar a distribuição do lanche em sala de aula. A presente pesquisa foi motivada a partir da experiência de coordenar, como professora, a distribuição do lanche em sala de aula. O lanche é oferecido por uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura Municipal de Curitiba desde os anos 2000. Em certa ocasião, notou-se que a qualidade do copo descartável havia piorado, com material de péssima qualidade, que ao menor esforço se partia na mão das crianças. A situação foi levada a uma reunião de pais da escola, que deliberou de forma unânime uma ação conjunta: uma moção contestando a qualidade do produto. Após ter sido assinada pelas famílias presentes, o documento foi encaminhado à Gerência de Alimentação da Secretaria Municipal da Educação (SME). Após longa espera, a empresa terceirizada foi acionada e efetuou a troca do produto, não apenas para a escola, mas para a rede de ensino como um todo.

Mas algo ainda intrigava: era observado que alguns estudantes recusavam o lanche e outros reclamavam da qualidade, afinal, já havia sido perguntado às crianças o que achavam do lanche? Partindo desse questionamento nasceu um projeto que foi desenhado em sala com as próprias crianças, onde participaram ativamente dando ideias e opiniões, inclusive acerca do próprio nome do projeto. Após uma votação envolvendo os alunos do 4º ano A e também outras turmas na Escola Municipal Castro – Regional Boqueirão, batizaram o projeto de Operação Lanche. Começamos então a pensar no nosso instrumento de pesquisa, elencamos 10 perguntas baseadas na fala das crianças e também nos lanches que notoriamente mais eram recusados pela maioria.

PESQUISA SOBRE O LANCHE - EM CASTRO					
Turma:			Data:		
Pinte apenas uma carinha em cada pergunta.			Sim	Não	Pouco
1	Você gosta do lanche da escola?	1			
2	Você come todos os dias o lanche da escola?	2			
3	Você traz o seu próprio lanche pra escola?	3			
4	Você come antes de vir pra escola?	4			
5	O cheiro do lanche é bom?	5			
6	Só de olhar o lanche parece gostoso?	6			
7	Você gosta das frutas do lanche?	7			
8	Você gosta do pudim?	8			
9	Você gosta da vitamina/leite com aroma?	9			
10	Você gosta do risoto/arroz?	10			
Qual lanche da escola você mais gosta?					

Mais uma coincidência aconteceu: foi para mídia (telejornais) a polêmica sobre um projeto que estava tramitando na Câmara Municipal de Curitiba chamado Segunda Sem Carne. Como já estávamos engajados nessa discussão, resolvemos procurar um dos vereadores que assinava o projeto, que prontamente nos atendeu e se colocou a disposição para uma entrevista que foi proposta pela professora. Como nosso projeto foi denominado como uma Operação, nada mais sugestivo que chamar essa entrevista de Missão e assim nasceu a ideia de uma patrulha, a Patrulha do Lanche.

**Com base no conceito dos estudantes protagonistas, estes foram desafiados a formularem perguntas sobre o projeto da Segunda Sem Carne, que foram selecionadas e os autores que mais se destacaram foram convidados para realizar a entrevista, pois naquele momento não era possível levar toda a turma na Câmara de Vereadores; partimos para nossa primeira Missão. Durante a visita, os estudantes fizeram as**

***perguntas a que tinham se proposto e, para surpresa de todos, um dos alunos fez um desafio ao vereador, que ele fosse até nossa escola e lá comesse o lanche junto com a turma, desafio que foi aceito e cumprido na semana seguinte.***

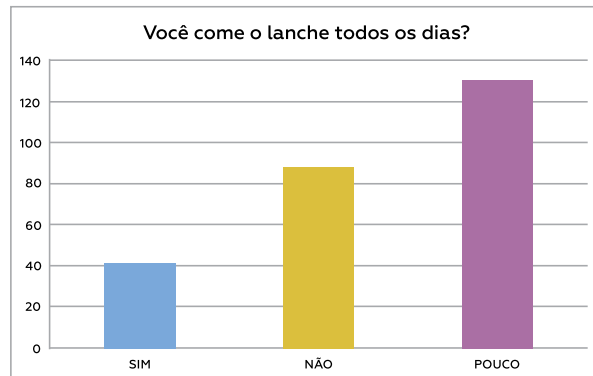
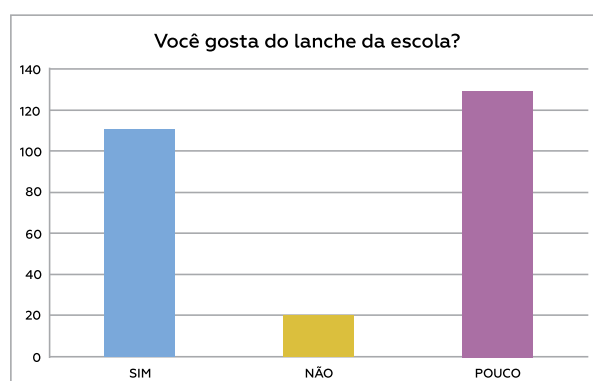
Essa foi uma experiência muito especial para os envolvidos, pois aprenderam que é possível e necessário que a população exerça cidadania, discuta os serviços oferecidos pelo poder público e se envolva de forma positiva na discussão com aqueles que são eleitos para representar a população, e que bom que isso comece na escola, afinal um dos pilares da LDB 9.394/1996 é:

*Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

#### RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2017 nos dois turnos (manhã e tarde) onde participaram todas as turmas, desde o pré (educação infantil) até estudantes do 5º ano do ensino fundamental, totalizando o público de 300 alunos. A escola possui 342 alunos matriculados, sendo que no turno da manhã são 152 e no turno da tarde 190. Do total, de alunos apenas 42 estudantes não compareceram no dia da realização da pesquisa, que foi coordenada pelos estudantes, a professora regente e contou também com a colaboração das professoras das turmas alvo. Foi constatada uma realidade contraditória, demonstrada através dos gráficos a seguir, referente às duas primeiras perguntas da pesquisa. Foi possível per-

ceber que, apesar de 111 estudantes afirmarem que gostam do lanche servido, apenas 41 responderam que comem o lanche todos os dias. Isso pode ser atribuído ao método usado, à formulação das perguntas e/ou até mesmo a aplicação, mas com certeza levantando questionamentos acerca da satisfação por parte dos estudantes sobre a merenda oferecida, também de um cardápio adequado à realidade socioeconômica que a escola está inserida e a uma discussão sobre o custo e a necessidade de uma alimentação saudável, ou seja, a política educacional de apoio através do PNAE na prática e com a opinião dos maiores interessados na matéria: os estudantes que de fato comem o lanche e que devem ser ouvidos.



Fonte: Projeto Operação Lanche - 4º ano A - EM Castro.



Ouvir os estudantes nesse processo de avaliação do serviço oferecido é fundamental, pois as crianças têm plenas condições de avaliar aquilo que estão recebendo. Com certeza se faz necessária uma mediação e orientação do saber elaborado, dos métodos para uma boa avaliação, mas esse direito, às vezes subentendido, deve fazer parte de um trabalho pedagógico desafiador, que eduque os estudantes para exercer cidadania, pensamento crítico. Segundo Freire (1997) a escola precisa aliar conteúdos curriculares com práticas significativas, intervir no meio social, na realidade do educando, utilizando de sua vivência para promover o conhecimento e a cidadania.

Muitos docentes infelizmente reduzem sua prática educativa à transmissão de conteúdos, uns por não terem experimentado em sua escolarização a promoção desse indivíduo pesquisador, indagador, inquieto e outros por preferirem a quietude que se estabelece nas escolas na rotina do dia a dia, na pressa das obrigações curriculares e na contemplação, às vezes absurda, da realidade, sem considerar a importância do senso crítico que pode e deve transformar realidades postas e impostas. Proporcionar aos estudantes a oportunidade de acrescentar a este mundo requalifica o trabalho pedagógico.

O estudante passa de passivo a agente atuante, pesquisador, que estuda e analisa tempos e saberes, que pratica a reflexão crítica frente à prática, que ressignifica e amplia seu próprio conhecimento. Porque bem se sabe que se condenam ainda alunos, como tábulas rasas. Eles têm muito a contribuir, a elaborar, a participar ativamente do processo de aprendizagem desenvolvido na escola. Respeitando suas vivências, suas carências, suas potencialidades e servindo de meio para o desenvolvimento de suas capacidades, não só cognitivas, mas de cidadania, de seres incompletos sim, pois todos são partindo do princípio de que somos seres inacabados, mas acreditando que é totalmente possível e necessária à liberdade criativa, pensante e atuante.

*Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu serformando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que ele vem existindo, se não se reconhece a importância dos "conhecimentos de experiências feitos" com que chegam à escola. O respeito devido à dignidade do educando não me permite subestimar, pior ainda, zombar do saber que ela traz consigo para escola. (FREIRE, 1997, p 71)*

Colocar o estudante inserido nos processos de discussão e levantamento de opinião é crucial, tanto para desenvolvimento pedagógico/curricular como para atuar socialmente de forma investigativa, analítica e transformadora. Diante disso é fundamental considerar a opinião e análise dos estudantes num

processo de pesquisa de satisfação, nesse caso acerca do lanche oferecido nas unidades educacionais. Bem como participação ativa desses atores na avaliação dos processos de implementação dos programas de alimentação escolar, seja na avaliação, monitoramento e elaboração dos cardápios, como também pesquisadores acerca da alimentação saudável, seus benefícios e a promoção da saúde obtida também através do consumo de alimentos com valor nutritivo e adequado.

## AS SOBRAS E A FOME

Outro ponto levantado durante o desenvolvimento do projeto foi o destino das sobras e restos de alimentos que retornam em toneladas às empresas que fornecem a alimentação às unidades escolares. Pautados na lei que criminaliza eventuais dolos sofridos pelas pessoas que por ventura sofrerem intoxicação alimentar, diante do risco de responder criminalmente se fizer a doação, as empresas optam em destinar as sobras para ração animal. Tal situação foi amplamente discutida com os estudantes, pois num país onde tantas pessoas infelizmente ainda reviram lixo para buscar restos de comida, essas sobras poderiam matar a fome de muita gente.

*Em 2013, a fome afetava 39,1 milhões de latino-americanos e caribenhos (6,3% da população regional). Em 2015, esse número subiu para 40,1 milhões (6,3%) e, em 2016, alcançou 42,5 milhões, ou 6,6% da população regional. Na América do Sul, a fome passou de 5% em 2015 para 5,6% em 2016, o que representa a maior parte do aumento da fome na região. (ONU 2017).*

Existem vários projetos de lei que visam regulamentar as doações, na tentativa de evitar tanto desperdício de alimentos, um desses projetos tramita desde 1998, há quase 20 anos. Projeto batizado de Bom Samaritano - PL 4747/1998, ementa:

*Dispõe que a pessoa natural ou jurídica que doar alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, a pessoas carentes, diretamente, ou por intermédio de entidades, associações ou fundações, sem fins lucrativos, é isenta de responsabilidade civil ou penal, resultante de dano ou morte ocasionados ao beneficiário, pelo consumo do bem doado, desde que não se caracterize dolo ou negligência. Projeto chamado de "Bom Samaritano".*

***Difícil não se indignar com a morosidade do legislativo brasileiro quando questões tão essenciais para vida humana estão em jogo! Mas***



***parece que enquanto a politicagem imperar nas esferas legislativas, a população infelizmente continuará a pagar essa conta, conta alta e desumana. É um ato muito cruel saber que alguém ainda morra de fome nesse país, enquanto toneladas de alimento viram ração animal, enquanto políticos irresponsáveis aproveitam do dinheiro do povo em banquetes requintados.***

### O COPO DA INCLUSÃO

Muita coisa mudou na escola e na rotina dos estudantes depois da implantação do projeto, umas delas foi o relato da experiência de um estudante da sala de recursos multifuncionais que funciona no período da manhã com a professora Patrícia Estevam de Andrade. Certo dia veio nos relatar a experiência de um deles, que por apresentar dificuldades motoras ao pegar no copo descartável ele empregava muita força e o copo amassava, o que tirava sua autonomia para se alimentar sozinho, mas após a troca dos copos agora está conseguindo se alimentar de forma mais independente e segura.

Há de se salientar também que os estudantes das salas de recursos da rede municipal não eram ironicamente inclusos até 2016 no lanche da escola, onde realizam os atendimentos semanais que duram cerca de uma hora. Se pelo nosso projeto ou não, conquistaram esse direito a partir de julho desse ano na Escola Municipal Castro, direito que lhes é garantido também por lei. Assim como a inclusão deve ser pra todos, o lanche também!

*Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:*  
I - *acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;*

II - *desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;*  
III - *tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, in-*



*dependência, qualidade de vida e inclusão social;*  
IV - *barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...]*

Muito ainda é necessário avançar em relação aos direitos da pessoa com necessidades especiais, garantir sua autonomia nos espaços do qual faz parte é fundamental para sua cidadania, para que se sinta pertencente ao seu grupo social, a sua família, tendo sua dignidade preservada e reduzindo suas perdas, que muitas vezes já são muitas na relação de igualdade de acesso e oportunidades.

### O LANCHE E A SUSTENTABILIDADE

O projeto Operação Lanche não foi criado apenas para criticar a qualidade do lanche, mas para discutir

o serviço oferecido, tanto a qualidade como a logística e também a sustentabilidade, porque tanto se propaga sobre esse tema, mas poucas ações se concretizam em nossas unidades escolares. Existem ótimos projetos que são desenvolvidos e é importante divulgar para que incentive profissionais a se dedicarem em promover ações sustentáveis, pois isso colabora na educação ambiental e torna nosso mundo mais limpo, organizado e agradável de viver.

Diante disso, a turma pesquisou várias ações de sustentabilidade referente à alimentação e elegeu a captação de óleo de cozinha usado como Missão. Foi produzido material impresso para divulgação na comunidade escolar e também na vizinhança. Com apoio das famílias, os estudantes se empenharam em promover conscientização ambiental na comunidade, sobre o descarte incorreto do óleo e seu impacto negativo ao meio ambiente e também a recolher o óleo e levar para escola. Contatamos empresas com certificação ambiental que vem *in loco* para retirar o óleo e em nossa última contagem já tínhamos captado 230 litros em 20 dias de campanha na comunidade.

Desenvolver ações sustentáveis muitas vezes pode parecer utópico no mundo tão descartável que vivemos, mas é possível e necessário que a comunidade escolar participe de projetos sustentáveis, muitas ex-

periências de sucesso acontecem pelo Brasil e algumas bem mais perto do que imaginamos, podem e devem acontecer não somente na escola, mas nas residências, nos espaços comerciais, uma mudança de paradigmas, de conscientização ambiental, tão necessária para vida!

### UMA LIÇÃO SAUDÁVEL

Felizmente a população que usufrui dos serviços públicos tem se conscientizado de que o que é público não é de graça, tem muito imposto cobrado e trabalho empenhado, e essa educação para cidadania deve estar presente na escola. Todos devem ter direito à voz, mesmo as crianças, pois são cidadãos em formação e isso não é partidário é NECESSÁRIO!

O projeto Operação Lanche veio romper com o paradigma de que um relatório, chamado de aceitabilidade, preenchido por um profissional responsável pelo monitoramento do lanche recebido, dá conta sozinho de medir a qualidade, pois não contempla o principal: a opinião dos estudantes. Nesse projeto muitas lições foram apreendidas como: trabalho em equipe (solidariedade), liderança (participativa), conscientização ecológica (responsabilidade), pensamento crítico (cidadania). Elencar todos nem é possível, pois para isso seria necessário ouvir as crianças, sou aqui apenas uma coadjuvante dando vida escrita à suas VOZES!

## Referências bibliográficas:

- Portal Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao)> Acesso em 09 de setembro de 2017.
- Portal Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historias/-6515>> Acesso em 09 de setembro de 2017.
- Portal Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-ve-alta-da-fome-na-america-latina-e-no-caribe-425-milhoes-estao-subnutridos/>> Acesso em 16 de setembro de 2017.
- Revista Grupo Risetolândia. **Curitiba**. Ed 4, p.18, junho 2017.
- MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: 2013.
- BARBOSA, Najla Veloso Sampaio, et al. **Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades**. Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/630/63026309005/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.
- STOLARSKI, Márcia Cristina. Dissertação de mestrado: **Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004**. UFPR Curitiba: 2005. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/Teses%20Doutorado/Marcia%20Cristina%20Stolarski.pdf>>. Acesso em: 06 de setembro de 2017.
- NOGUEIRA, Rosana Maria, et al. **Sessenta anos do programa nacional de alimentação escolar no Brasil**. Rev. Nutrição, Campinas, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v29n2/1415-5273-rn-29-02-00253.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2017.
- PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional**. UFPR Curitiba: 2013. Disponível em: <[https://www.ufrb.edu.br/proext/images/A\\_trajetria\\_do\\_Programa\\_Nacional\\_de\\_Alimentao\\_Escolar\\_no\\_perodo\\_de\\_2003\\_-\\_2010.pdf](https://www.ufrb.edu.br/proext/images/A_trajetria_do_Programa_Nacional_de_Alimentao_Escolar_no_perodo_de_2003_-_2010.pdf)>. Acesso em: 04 de setembro de 2017.
- RODRIGUES, Maria de Lourdes Carlos, et al. Módulo 10: **Alimentação e nutrição no Brasil**. MEC 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=610-alimentacao-e-nutricao-no-brasil&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=610-alimentacao-e-nutricao-no-brasil&Itemid=30192)>. Acesso em: 30 de agosto de 2017.
- Portal Câmara dos Deputados, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=21109>> Acesso em 14 de novembro de 2017.
- Lei Brasileira de Inclusão, Portal do Planalto, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em 14 de novembro de 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1996.